

vultos do crime

# A CAPTURA DE UM NEONAZISTA LATINO

Como um jovem do interior do Paraná se tornou um extremista procurado pela Interpol – e como a polícia conseguiu encontrá-lo depois de um ano em fuga

DANIELA ABADE, DE SÃO PAULO, E ANDREA PALLADINO, DE ROVIGO 31 jul 2026



A identidade espanhola que João Guilherme usou para se estabelecer na Itália, onde finalmente foi preso em 27 de junho - Crédito: Reprodução

 24 min de leitura

Aa



A cidade de Pato Branco, no interior do Paraná, garante aos seus 98 mil habitantes uma vida tranquila, considerando os parâmetros brasileiros. A criminalidade é mínima. O município não é um grande polo econômico, mas oferece qualidade de vida e tem um PIB per capita superior à média nacional (63 mil reais, ante 59 mil). Com várias universidades, reúne estudantes de todo o país, muitos deles vindos de Santa Catarina, cuja fronteira está a menos de 40 km.

João Guilherme Correa nasceu nesse mar de tranquilidade em setembro de 1990, quando a cidade era ainda menor. Segundo de três filhos, cresceu numa família de condições modestas. Sua mãe, uma cristã diligente, era – e ainda é – professora de história na rede estadual. Seu pai é corretor de imóveis. João Guilherme sempre estudou em escola pública, com um desempenho oscilante. Ficou de dependência uma vez no ensino fundamental e reprovou o primeiro ano do ensino médio. Enquanto concluía os estudos, fez serviço militar obrigatório e acabou virando recruta do Exército. Aos 18, mudou-se para Curitiba, onde ficava o quartel.

Muitos anos depois, em depoimentos que prestou à polícia, seu pai diria que foi nas fileiras do Exército, na capital paranaense, que a vida de João Guilherme deu uma guinada. Mas é provável que sua transformação tenha começado antes. Nos poucos meses em que permaneceu em Curitiba, o jovem de Pato Branco deu demonstrações de que já era um convicto neonazista. Passou a circular em grupos que, inspirados na ideologia de Adolf Hitler, pregam a supremacia de uma inventada “raça ariana” e a eliminação de minorias sociais.

Um de seus companheiros de movimento era Ricardo Barollo, líder de um grupo neonazista que, entre outras propostas, defendia a criação de um país na Europa chamado Neuland (nova terra, em alemão) – um paraíso da supremacia branca, sem negros, gays ou judeus. Quando os dois se conheceram, Barollo já tinha um longo histórico no movimento. Pouco tempo antes, havia rompido relações com um de seus colaboradores mais próximos, Bernardo Dayrell Pedroso. Como é comum nesse tipo de organização, a rixa entre os dois evoluiu para a violência. E João Guilherme, ainda um neonazista iniciante, acabou tragado para a disputa.

Em 20 de abril de 2009, Pedroso organizou um evento em Campina Grande do Sul, cidade próxima a Curitiba, para comemorar os 120 anos do nascimento de Hitler. Tudo corria dentro do esperado, até que, a certa altura, um dos presentes pediu que Pedroso e sua namorada, Renata Waechter Ferreira, fossem até a capital comprar mais insumos para a festa. Eles aceitaram a missão. Ao voltar, foram pegos numa emboscada na estrada, perto do município de Quatro Barras, e mortos a tiros. O crime, segundo o delegado responsável pela investigação, Francisco Caricati, foi ordenado por Barollo. E quem deu o tiro na cabeça de Renata foi João Guilherme, na época com 18 anos.

O inquérito se desenrolou com rapidez. João e seus parceiros, todos novatos, não tinham experiência em esconder evidências nem tiveram a sorte de lidar com uma investigação negligente. No dia 2 de maio de 2009, a polícia anunciou à imprensa que havia

prendido cinco suspeitos. Seis dias depois da conclusão da investigação, todos foram indiciados pela Polícia Civil. João Guilherme confessou ter assassinado Renata, uma estudante de 21 anos que não desempenhava nenhum papel relevante no grupo – foi morta só por ser uma testemunha. Ainda em maio, o Exército afastou João “a bem da disciplina”, termo que, entre os militares, se refere à punição por mau comportamento ou condenação criminal.

Os cinco rapazes ficaram presos até 15 de abril de 2010, quando foram beneficiados por uma decisão unânime do Tribunal de Justiça do Paraná. Para os juízes, embora os réus fizessem parte de uma organização neonazista e fossem acusados de participar do planejamento de um duplo homicídio, nenhum deles oferecia “periculosidade concreta” à população. Foram soltos, com a condição de serem monitorados. Não passaram a usar tornozeleira eletrônica porque, naquela época, o equipamento ainda era incomum no Brasil – só dali a dois meses, em junho de 2010, foi regulado por uma lei federal. Até então, o monitoramento era feito por meio de visitas surpresa da polícia ao preso (as “incertas”) e do próprio preso ao Tribunal de Justiça.

O processo estagnou. Entre 2010 e 2012, o tribunal realizou apenas uma audiência com os cinco réus. Apesar da grande repercussão do assassinato, o julgamento nunca foi pautado – e caiu em esquecimento. Os rapazes, depois de ficarem presos por um ano, foram presenteados com liberdade plena para recomeçar suas vidas e, caso quisessem, se desvencilhar do neonazismo. Mas essa não foi a

escolha de João Guilherme Correa.

**G**rupos neonazistas se articulam internacionalmente. É comum que organizações de um país visitem as de outro, troquem informações, treinamentos, se comuniquem pela internet. E, ao contrário do que se pode pensar, brasileiros não costumam ser vistos como inferiores pelos neonazistas europeus ou americanos, mesmo sendo oriundos de um país com uma história profundamente marcada pela miscigenação. Isso se deve, em grande medida, ao advento do MMA (*mixed martial arts*) e a consequente popularização do jiu-jítsu brasileiro a partir dos anos 2000. Grupos neonazistas mundo afora têm o hábito de promover eventos de luta, que acabam sendo úteis como uma fonte de receita – enquanto o embate acontece, vende-se comida, bebida e *souvenirs* para os simpatizantes da causa. O jiu-jitsu brasileiro – conhecido pela sigla BBJ, de *brazilian jiu-jitsu* – se destaca nesse tipo de confronto. Neonazistas de muitos países, por isso, passaram a buscar brasileiros que pudessem treiná-los nessa arte marcial. Quando um grupo conta com um integrante brasileiro, presume-se que ali há bons lutadores.

**o melhor da semana,  
selecionado pra você não  
precisar escolher sozinho**



**assine a semana na piauí**

|         |  |
|---------|--|
| e-mail* |  |
|---------|--|

Em 2009, quando organizou a festa em homenagem a Hitler, o grupo de João Guilherme já havia despertado o interesse e a admiração de neonazistas de outras nacionalidades. Integrantes da divisão argentina do Blood & Honour, um grupo neonazista fundado no Reino Unido nos anos 1980, compareceram ao evento. Foi com uma arma argentina, de uso exclusivo da Polícia Federal daquele país, que João Guilherme assassinou Renata.

O Blood & Honour se instalou em Curitiba logo depois da festa, em 2009, por meio de um de seus subgrupos, o Combat 18. Mas a organização foi pega de surpresa pelo assassinato de Pedrosa e sua namorada. Os argentinos do Blood & Honour mantinham um site na época, onde condenaram o ato, prestaram condolências às famílias dos mortos e baniram os envolvidos no assassinato de entrar para suas fileiras. Foi um revés para João Guilherme, mas a má fase durou pouco. Rejeitado pelo grupo inglês, o jovem foi recebido de braços abertos por uma organização adversária – mas igualmente neonazista – chamada Hammerskin Nation.

Hoje, os dois grupos são aliados e até promovem eventos juntos, mas na época disputavam influência. O Hammerskin Nation surgiu em Dallas, no Texas, em 1988. Seu nome original era Confederate Hammerskins. A palavra *hammer* – martelo, em inglês – faz referência ao filme *Pink Floyd – The Wall* (1982), em que um logotipo com dois martelos cruzados é usado para simbolizar o fascismo (de forma crítica, não elogiosa). O grupo tem 36 divisões – chamadas de “capítulos” – em treze países, cobra

mensalidade de seus integrantes e é conhecido por submeter os novatos a um processo de formação brutal, que dura em média oito anos. Quem entra para o grupo começa na categoria *supporter* (apoiador). Para subir degraus na hierarquia, deve cometer crimes violentos testemunhados e filmados por integrantes da organização. O segundo degrau é o *Crew 38* (equipe 38). Quem entra para essa categoria ganha uma primeira insígnia. Entre os Hammerskins, quanto mais insígnias, mais respeitado é o neonazista.

Os crimes violentos, que servem de teste para os novatos, geralmente miram grupos sociais desprezados pelos supremacistas: negros, pessoas em situação de rua, gays, lésbicas, transsexuais, imigrantes, prostitutas, judeus. Os Hammerskins têm uma regra: se um de seus integrantes for preso por um desses atos, deve sempre negar que faz parte de um coletivo. O objetivo é fazer com que a Justiça trate aquilo como um delito individual, dificultando, dessa forma, uma repressão mais sistemática ao grupo – que, em compensação, presta assistência jurídica ao preso e apoio à sua família. Por fazer apologia ao nazismo e a atos de violência extrema, os Hammerskins foram banidos do Reino Unido, Alemanha, Canadá e Espanha.

Esses rituais de iniciação raras vezes foram flagrados. Uma delas ocorreu em 1999. Travis Miskam, integrante de um capítulo dos Hammerskins no Sul da Califórnia, estava comandando uma iniciação na praia, quando Randy Bowen, um rapaz negro, se aproximou, desavisado, pensando que se tratava de um lual. Foi brutalmente espancado. Como os

neonazistas filmaram a cena, a polícia desvendou o caso rapidamente. Condenado, Miskam pegou a pena mais longa da história dos Hammerskins: dezenove anos de prisão em regime fechado. O episódio foi retratado na série *Gangland*, de 2007. Miskam hoje está em liberdade e continua ativo.

Um dos primeiros brasileiros a se tornar *full patched* – como são conhecidos os integrantes de nível máximo entre os Hammerskins – foi Alexandro Carneiro, vocalista da banda Zurzir. A música é um componente importante na atração de novos simpatizantes do neonazismo, e esses grupos frequentemente organizam festivais de rock, punk e heavy metal. Carneiro, que faz parte desse cenário, mora há mais de uma década no Colorado. Não se sabe se João Guilherme foi recrutado por ele ou por Miguel Angelo Gastar Pacheco, um português nascido em Moçambique que se instalou em Santa Catarina e também faz parte do alto escalão dos Hammerskins. Mas está claro que, ao menos desde 2017, João Guilherme atua pelo grupo. No ano seguinte, viajou à Europa para estreitar relações com outros capítulos da organização.

Sua vida, desde que saíra da prisão em 2010, havia se estabilizado. Com a família, João Guilherme se mudou de Pato Branco para uma chácara nas imediações de Maringá (PR). Escolheram uma casa confortável, com 8 mil m<sup>2</sup> de área total, dois lagos e uma quadra de futebol – tudo dentro de um condomínio cercado de plantações de milho, com muros altos, dezenas de câmeras e seguranças armados. Cada vez mais à vontade no movimento, João Guilherme começou a expressar sua ideologia

em tatuagens. Na perna, passou a exibir uma águia nazista e dois sóis negros estilizados. Na barriga, uma suástica nórdica, que se diferencia da suástica típica do nazismo por ter as pontas curvadas. Nos braços, uma cruz de ferro e outros símbolos.

João trabalhou como *personal trainer* em duas academias de Maringá, tendo permanecido em uma delas por sete anos, entre 2015 e 2022. Ouvida pela **piauí**, a proprietária dessa academia disse não ter conhecimento do histórico neonazista do ex-funcionário e relatou que, como ele nunca tirava a camiseta, não sabia da suástica em sua barriga. Seu relato a respeito do comportamento de João Guilherme coincide com o de funcionários e moradores do condomínio: era uma pessoa discreta, educada, econômica nas palavras. Teve alunos negros, mas não transparecia o racismo. Além do trabalho na academia, atendia alunos dentro do condomínio onde morava. Seu temperamento tímido só desaparecia quando ele estava na companhia de outros Hammerskins. Alguns vídeos obtidos pela **piauí** mostram o paranaense à vontade, cantando em um evento realizado em 2017 na Grande Florianópolis que reuniu integrantes do Midland Hammerskins – um capítulo americano da organização – e o Crew 38 - Brazil, grupo brasileiro que ainda não havia sido reconhecido formalmente como um capítulo.

Para ser reconhecido, um novo capítulo precisa sempre de um padrinho pertencente ao grupo original, o Confederate Hammerskins. Foi o que aconteceu, finalmente, em 2019, com a visita ao Brasil de Alan Dean. Acompanhado de Alexandro Carneiro, ele avalizou a nova agremiação, da qual João Guilherme era uma liderança em ascensão. O paranaense já havia se tornado *full patched* e exerceu poder sem complicações até 2022, ano em que a maré começou a virar.

Um frame de um dos vídeos do evento, em 2017. João Guilherme aparece no centro da imagem, com microfone em mãos -- Crédito: Reprodução

**E**m novembro de 2022, o delegado Arthur de Oliveira Lopes, na época titular da Delegacia de Repressão ao Racismo e a Delitos de Intolerância de Santa Catarina, recebeu uma denúncia anônima. Alguém informava que, no segundo final de semana do mês, aconteceria uma celebração de *skinheads* em um sítio localizado em São Pedro de Alcântara – uma pequena cidade do interior, com menos de 6 mil habitantes. A polícia confirmou a informação.

Montou-se uma operação para desbaratar o evento – e foi bem-sucedida. Ao entrar no sítio, os policiais encontraram um festival de evidências incriminatórias. Havia camisetas, faixas, insígnias e livros estilizados com martelos cruzados e o lema do grupo: “HFFH – Hammerskins Forever, Forever Hammerskins.” Muitas dessas peças traziam em destaque o número 38, um tipo de código comum entre neonazistas e que faz referência às letras do alfabeto. A terceira e a oitava letra do alfabeto são o C e o H, de modo que o número 38 equivale à sigla CH, de *Crossed Hammers* (martelos cruzados). Os policiais, além disso, encontraram um exemplar de um livro editado pelos Hammerskins da Hungria em homenagem a integrantes do grupo que haviam morrido. Como havia sido recém-publicado, o livro acabou se tornando uma preciosa fonte de informações para pesquisadores do movimento neonazista do mundo todo.

Parte do material apreendido no sítio, em 2022 -- Crédito: Reprodução

Dos dez integrantes do capítulo brasileiro dos Hammerskins, oito estavam no sítio e foram presos – entre eles, João Guilherme. Os outros dois

integrantes do grupo tinham ido embora na véspera, mas foram encontrados e presos quatro meses depois, em Caxias do Sul (RS). Todos são acusados de discriminação racial e de participar de organização criminosa neonazista.

Quando os policiais buscaram os antecedentes criminais de João Guilherme na base de dados da Polícia Civil, não encontraram nada. Estranharam que ele não tivesse qualquer passagem pela polícia, e decidiram então digitar seu nome num buscador comum da internet. Só assim, descobriram que ele estava entre os acusados pelo duplo homicídio de 2009. Não se sabe o que motivou a falha no sistema da polícia, mas o que se seguiu dali em diante foi um trabalho minucioso. O inquérito e o relatório produzidos pela delegacia catarinense são exemplares – talvez os melhores a tratar de uma organização neonazista no Brasil. Com base nesse material, a Justiça de Santa Catarina manteve a prisão de todos os envolvidos durante sete meses e dezenove dias – até que, em junho de 2023, o caso foi transferido para a Justiça Federal. A justificativa foi de que os acusados pertenciam a uma organização criminosa internacional e, portanto, o processo não poderia tramitar numa simples vara estadual.

Os réus, agora sob a batuta da 7ª Vara Federal de Florianópolis, receberam autorização para ficar em prisão domiciliar. Haviam cumprido todas as medidas cautelares e, na avaliação do tribunal, não havia indícios de que estivessem na iminência de cometer novos crimes. Laureano Toscani, gaúcho que, em 2009, forneceu a arma usada por João Guilherme, foi o único que não conseguiu ir para casa. Quando foi preso no sítio, já ostentava uma longa ficha criminal e usava tornozeleira eletrônica. Em tese, justamente por causa da tornozeleira, ele não poderia ter viajado para São Pedro de Alcântara naquele dia – mas, de alguma maneira, conseguiu fazer isso sem que a polícia do Rio Grande do Sul detectasse sua infração.

Em prisão domiciliar, João Guilherme também passou a usar tornozeleira. Depois dos oito meses detido, havia se tornado uma pessoa ainda mais reclusa. Em Maringá, passou a ser visto apenas quando treinava na academia de seu condomínio ou instruía os poucos clientes que não o abandonaram. Sua situação se complicou de vez quando, pressionada pela repercussão do caso em São Pedro de Alcântara, a Justiça decidiu desaforar – isto é, mudar de foro – o processo relativo aos homicídios de 2009. O desaforamento é feito quando se constata que a comarca responsável pelo processo está demorando demais para julgá-lo, ou que a imparcialidade do júri não é garantida, ou que os réus não estão seguros ali. Neste caso, o crime já completava catorze anos sem que ninguém tivesse sido responsabilizado. O pedido de desaforamento, justificado com base no interesse público do caso, foi protocolado em agosto de 2023. Somente em abril de 2024 foi analisado pela juíza estadual – e negado. A pressão, de todo modo, surtiu efeito, e o julgamento foi finalmente agendado para 20 de março de 2025, na mesma comarca onde já estava: o Tribunal do Júri de Campina Grande do Sul.

João Guilherme, monitorado pela Justiça Federal de Santa Catarina e com julgamento marcado na Justiça estadual do Paraná, viu o cerco se fechar. Foi quando uma emergência com um *timing* notável o acometeu. Dias antes do julgamento pelo duplo homicídio, seu advogado, Marcelo Jacomossi, pediu o adiamento da sessão, afirmando que seu cliente precisava passar por uma cirurgia de hérnia inguinal. O pedido foi negado pelo tribunal paranaense, já que a presença de João Guilherme durante o julgamento

não era obrigatória. Mas, na Justiça Federal de Santa Catarina, onde tramitava o outro processo, João Guilherme conseguiu o que mais importava: o desligamento temporário de sua tornoeleira eletrônica. Seu advogado alegou que isso era necessário para a realização da cirurgia e para o pós-operatório. A juíza Micheli Polippo assentiu, autorizando que a tornoeleira ficasse desligada entre 19 e 31 de março.

A cirurgia foi marcada para 23 de março, no Hospital Municipal de Maringá. Quando chegou o dia, João Guilherme não compareceu. Livre da tornoeleira, simplesmente desapareceu.

Não é claro como se deu a fuga. A **piauí** apurou que, no dia 11 de março, João Guilherme compareceu a uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) que fica ao lado do hospital municipal. Em 18 de março, foi visto por vizinhos na academia do condomínio. Segundo eles, treinava pesado – algo incompatível com quem está prestes a ser submetido a uma cirurgia de hérnia. A partir do dia seguinte, seu paradeiro é desconhecido. Como ele não compareceu à cirurgia, o hospital marcou o procedimento para o dia 31 de março. Depois, para 2 de abril. Em vão.

O julgamento pelo assassinato de Bernardo Pedroso e Renata Ferreira aconteceu na data prevista e se estendeu por três dias no Tribunal do Júri de Campina Grande do Sul. A defesa de João Guilherme alegou que ele só cometeu o crime porque foi coagido por Ricardo Barollo, mas a tese não foi aceita. No fim, João foi condenado a 35 anos

e 2 meses de prisão em regime fechado. Jairo Maciel, o outro atirador, recebeu uma pena de 32 anos e 3 meses. Os réus Rodrigo Motta e Rosana Almeida Oliveira, acusados de dar apoio à execução do crime, foram absolvidos. Já Barollo, apontado pela polícia como o mandante do duplo homicídio, foi julgado apenas em maio e recebeu a maior pena de todos: 48 anos e 9 meses de prisão.

A Justiça do Paraná só constatou a fuga de João Guilherme quando expediu seu mandado de prisão. Já a Justiça Federal de Santa Catarina, que o livrou da tornozeleira eletrônica, demorou até agosto de 2025 para perceber isso, decretando então sua prisão preventiva e sua inclusão na lista de difusão vermelha da Interpol – um alerta emitido para localizar e prender foragidos internacionais. “Infelizmente, o réu traiu a confiança depositada pelo juízo”, disse a assessoria de comunicação do tribunal, em nota enviada à **piauí**. Segundo o órgão, a decisão de desligar a tornozeleira “fundamentou-se estritamente em critérios técnicos e humanitários”, considerando que João Guilherme “não se encontrava em regime de prisão, mas sim em liberdade provisória mediante o cumprimento de medidas cautelares alternativas”.

Somente em outubro de 2025, quando o mandado de prisão preventiva já completava dois meses, a Polícia Federal acionou a Interpol. Indagada pela **piauí** sobre essa demora, a PF respondeu que “não se manifesta sobre a existência ou não de Difusões Vermelhas”. João Guilherme, com tudo isso, não teve dificuldades para sair do Brasil: não bastassem os dias sem tornozeleira eletrônica e os meses fora do

radar das autoridades internacionais, ele ainda foi beneficiado pelo fato de que a Justiça em nenhum momento confiscou seu passaporte.

O paradeiro de João Guilherme ainda era desconhecido quando a **piauí** se debruçou sobre a história, em abril de 2026. A apuração – que culminou na **notícia** de sua prisão em junho – começou por meio de um levantamento de informações sobre a namorada de João, Lilian Evelin Nunes de Melo. Algumas fontes afirmavam que ela o havia auxiliado em sua fuga, no ano anterior, e poderia ter deixado rastros. Depois de obter uma foto do rosto de Lilian, submetemos a imagem a um site de reconhecimento facial que nos revelou que ela havia se cadastrado como “babá de pets” em um site internacional especializado nesse tipo de serviço. Na página, Lilian dizia ser moradora da Costa di Rovigo, uma comuna na região do Vêneto, no Norte da Itália. O perfil havia sido criado em agosto de 2025 e ainda estava ativo. Por meio do código-fonte do site, confirmamos que o cadastro realmente fora feito em Costa di Rovigo.

A comuna tem menos de 3 mil habitantes. É composta de algumas poucas casas, um quartel dos Carabinieri, o prédio da prefeitura, uma paróquia e uma praça central, com dois bares que funcionam como ponto de encontro dos moradores. O entorno do vilarejo é tomado por imensas plantações de milho. A **piauí** esteve lá três vezes, entre maio e julho. Mostramos fotos de João Guilherme e Lilian a

alguns italianos que encontramos na praça. Ninguém os reconheceu. Quando dissemos que o casal era brasileiro, e depois de alguma insistência, nos apontaram uma casa onde eles haviam se hospedado. Os dois, a essa altura, já não moravam ali. Mas seus anfitriões – um casal formado por um italiano e uma brasileira – confirmaram tê-los conhecido. E demonstraram espanto ao serem informados do passado de João.

A mulher contou que é parente distante de Lilian, e que, em meados de 2025, recebeu dela uma mensagem perguntando se poderia passar uns dias em sua casa. A namorada de João disse que cogitava se mudar para a Costa di Rovigo e, por isso, gostaria de conhecer melhor a região. Foi prontamente atendida. Chegou ao vilarejo em 8 de junho daquele ano e se hospedou com o casal. Depois de alguns dias, informou que viajaria à França para encontrar amigos. Mais tarde, em julho, contou a verdade: tinha um namorado que pretendia se estabelecer junto com ela na Itália. O casal não viu problemas nisso e abriu as portas também para João, que chegou ao vilarejo em 27 de julho. Uma de suas primeiras providências, ao desembarcar, foi obter um código fiscal italiano, o equivalente ao CPF brasileiro. Para isso, apresentou à Receita italiana uma carteira de identidade espanhola com um nome falso.

Com o documento em mãos, João Guilherme passou a trabalhar na colheita de uma fazenda nas redondezas. Para se movimentar de um canto a outro, usava uma bicicleta fornecida pelo casal. Eles contam que o brasileiro era muito educado e tímido,

e demonstrava fluência no italiano. Nunca tirou a camisa e, por isso, ninguém notou as tatuagens nazistas. Sua rotina era trabalhar, fazer exercícios físicos e, à noite, frequentar com Lilian um dos bares da praça, administrado por um casal de chineses. Em agosto, João Guilherme e Lilian perguntaram aos anfitriões se eles poderiam ser seus fiadores, porque queriam alugar uma casa e se estabelecer de vez na região. De novo, os anfitriões assentiram, com boa vontade. Na data combinada, o italiano acompanhou os dois até a imobiliária para assinar a papelada. Mas, nesse momento, percebeu algo estranho: o atendente, ao se dirigir a João Guilherme, o chamava de Mateo. Confuso, o italiano olhou para o documento de identidade de João e constatou que, de fato, o nome escrito ali era Mateo. Mas a pessoa na fotografia era João.

De volta à casa, o casal confrontou João e Lilian. Segundo eles, o brasileiro confessou ter um documento de identidade falso, que recebeu ao chegar na Europa, por Madri. Também admitiu ter problemas com a polícia brasileira, mas não entrou em detalhes. Como perderam a confiança dos anfitriões, os dois foram convidados a deixar a casa. O italiano e sua mulher dizem que, desde então, não tiveram notícias do casal. Apenas ouviram dizer que eles haviam retornado para a França, onde a irmã mais nova de João Guilherme vivia com o marido.

Na busca pelo seu paradeiro, obtivemos uma foto da irmã e a submetemos ao mesmo site de reconhecimento facial que havíamos usado para buscar Lilian. Descobrimos que ela e o marido tinham um perfil num site de “babás de casa” –

peessoas que se oferecem para cuidar de casas e animais cujos donos viajaram. E que, de fato, moravam na França. Cruzando informações obtidas na internet e por meio de fontes, chegamos a uma rua em L'Étang-la-Ville, um município de 5 mil habitantes num subúrbio de Paris. O lugar é provinciano, residencial e fica no coração da floresta pública de Marly. A rua onde constava que a irmã de João morava é cercada de casas elegantes, de telhado inclinado, num estilo típico do interior da França. Ao visitar o local, levamos em consideração uma informação que os anfitriões de Costa di Rovigo haviam compartilhado: a irmã de João Guilherme e seu marido possuíam um *motorhome*.

Ao percorrer a rua, portanto, procuramos por casas onde houvesse um veículo desse tipo estacionado. Nos deparamos com um imóvel cercado de vegetação por todos os lados. Ao lado da casa, achamos a garagem. E, na garagem, um *motorhome*. Tocamos a campainha. O cunhado de João Guilherme, que estava no quintal acompanhado de um cachorro, apareceu. Depois de ouvir nossas perguntas, disse que não poderia respondê-las, porque o processo a que João responde está sob sigilo de Justiça. Não esclareceu, com isso, se seu cunhado havia se hospedado com Lilian em sua casa. Mas a informação não demorou a vir à tona.

O motorhome da irmã e do cunhado de João -- Crédito: Anouk Durocher

Em 29 de maio deste ano, agentes da Polícia Civil de Sarandi cumpriram um mandado de busca e apreensão na casa dos pais de João Guilherme e no apartamento de Lilian. Num primeiro momento, a análise do material revelou o que a **piauí** já havia apurado: a primeira parada do casal havia sido na Costa di Rovigo. Mas, analisando os celulares apreendidos, a polícia foi além: encontrou conversas que confirmavam que João Guilherme havia se hospedado na casa da irmã e do cunhado. Os diálogos também revelaram que os pais haviam transferido dinheiro para ajudá-lo. Assim como Lilian, eles são formalmente investigados por auxiliar na fuga de João Guilherme. Provavelmente não serão punidos, já que o Código Penal brasileiro exime de responsabilidade os pais, os cônjuges e irmãos de fugitivos que tenham prestado algum auxílio a eles – contanto, claro, que não tenham participado do crime em si.

O material obtido pela polícia não esclareceu por completo o paradeiro do casal. Nas conversas extraídas dos celulares, foi encontrada apenas uma passagem de trem em nome de Lilian, saindo de Biella para Novara, ambas cidades italianas. A **piauí**, por sua vez, encontrou indícios de que ela e João Guilherme haviam passado pela Holanda, já que Lilian também se cadastrou como “babá de pet” na cidade de Assen. O perfil, contudo, tinha sido desativado.

De todas as pistas, Biella parecia a mais consistente. A cidade é próxima a Milão, onde fica a sede dos Hammerskins italianos. Sabíamos, graças a um relatório da Interpol, que o passaporte de João

Guilherme estava vencido – e que, portanto, dificilmente ele teria deixado a Europa. Também sabíamos que Lilian havia retornado ao Brasil em fevereiro deste ano, e que seu voo havia partido da Itália. As informações, ainda assim, eram insuficientes. Isso mudou quando, em 1º de junho, a **piauí** recebeu de uma pessoa ligada à investigação a foto de um local onde, possivelmente, João estava hospedado. Segundo essa fonte, o lugar ficava perto de uma cidade com cerca de 80 mil habitantes. A fotografia não revelava muito: parecia mostrar a entrada de uma chácara, com um portão de ferro preto, duas colunas de concreto beges, uma luminária preta e uma paisagem arborizada. De todo modo, era uma pista.

Passamos a pesquisar locais compatíveis com aquela imagem. Primeiro, descartamos Biella, já que a cidade tem aproximadamente 45 mil habitantes. Depois desconsideramos outras cidades menores do Norte da Itália que não tinham presença conhecida de Hammerskins. Mesmo afunilando, era um universo grande demais. Alguns dias se passaram, porém, e recebemos de uma fonte a indicação de que João Guilherme provavelmente estava em Pavia, na região da Lombardia. Fazia sentido: a cidade tem 73 mil habitantes e é próxima a Milão. Também sabíamos, por meio de nossa pesquisa, que ali viviam alguns integrantes do Hammerskins.

A fotografia recebida pela piauí -- Crédito: Reprodução

A dica chegou para nós na noite de 26 de junho. Mal houve tempo para reagir: no dia seguinte, pela manhã, recebemos a informação de que João Guilherme havia sido preso na região rural de Pavia. A **piauí** chegou ao local horas depois e **noticiou** a prisão. A fotografia que havíamos recebido de nossa fonte se mostrou correta. Aquele portão de ferro preto era a entrada de um *country club* – mais precisamente, um clube para equitação, onde também se podiam alugar quartos para pernoite. Os proprietários do clube, ainda assustados com a batida policial, nos descreveram João com palavras semelhantes às que já tínhamos ouvido: era um rapaz quieto, tímido. Costumava se exercitar fazendo corridas diárias de cerca de uma hora.

João Guilherme foi abordado pela polícia italiana quando voltava de uma dessas corridas. Apresentou o documento de identidade espanhol com o nome falso, mas foi reconhecido. Os policiais conduziram-no então até a Delegacia Central de Milão. De lá, João foi levado à prisão de San Vittore, localizada no Centro da cidade. Continua preso até hoje. Os investigadores italianos ainda tentam entender como

ele obteve o documento de cidadão espanhol – que, segundo as análises preliminares, não é falso. Apenas o nome foi forjado. O fato chama atenção porque João não tem direito à cidadania espanhola e, para conseguir um documento legítimo como esse, é preciso cumprir uma longa lista de requisitos e etapas burocráticas.

O tratado de extradição firmado entre Brasil e Itália prevê que o prazo para pedir a extradição de alguém termina quarenta dias após a prisão ser comunicada ao outro país. No caso de João Guilherme, esse prazo se encerra em 8 de agosto. Até agora, porém, as autoridades italianas não receberam o pedido. A prisão do neonazista foi baseada no mandado expedido pela Justiça Federal de Santa Catarina, mas também não chegou à Itália nenhum documento tratando da condenação na Justiça do Paraná. “A Itália recebeu só a ordem de prisão, com duas páginas”, disse à **piauí** o advogado italiano Valter Verneti, que representa João no processo. Se o pedido de extradição não chegar dentro do prazo, o brasileiro poderá ser solto.

A 7ª Vara Federal de Florianópolis afirmou, por meio de sua assessoria de imprensa, ter enviado no dia 13 de julho um ofício com o pedido de extradição para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a quem cabe fazer o contato com as autoridades italianas. Indagado pela **piauí**, o ministério disse que não pode comentar o caso, que está sob segredo de Justiça. O pedido de extradição, neste momento, está nas mãos do Ministério Público Federal, que está traduzindo a papelada para o italiano. A Justiça do Paraná, que demorou catorze anos para levar o caso de João Guilherme a julgamento, não respondeu a nenhuma das perguntas enviadas pela reportagem.

Verneti disse que seu cliente não quer a extradição. A vontade do réu é levada em consideração pelas autoridades e, em caso de negativa, tende a alongar o processo. Durante a apuração desta reportagem, a **piauí** tentou contato com os familiares de João Guilherme por intermédio de seu advogado no Brasil, Marcelo Jacomossi. Segundo ele, o irmão mais velho de João é quem tem atuado como porta-voz da família. A **piauí** tentou contato com o irmão, mas não obteve resposta. Lilian de Melo também não respondeu aos contatos da revista.

*Com a colaboração de Anouk Durocher.*



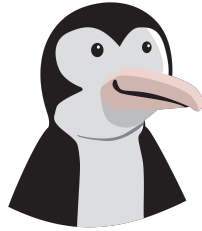
## Assine nossa newsletter

toda semana uma seleção de conteúdos em destaque na piauí

Seu e-mail

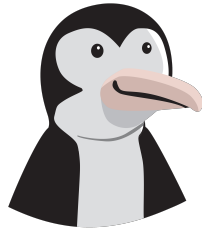
assine

A revista piauí garante a privacidade dos seus dados, que não serão compartilhados em nenhuma hipótese. Você poderá cancelar a inscrição a qualquer momento.



## Andrea Palladino

É um jornalista investigativo e documentarista italiano. Cobre organizações criminais e movimentos políticos de extrema direita. Viveu e trabalhou por vários anos na Amazônia brasileira



## Daniela Abade

Daniela Abade é escritora e pesquisadora especializada em extremismo. Fellow de 2023 no Programa Investigathon da ICFJ (Universidade do Texas - Austin)

## OUTROS DESTAQUES



vultos do crime

### Curtindo a vida adoidado

O traficante do PCC que fingia estar em prisão domiciliar, mas vivia entre festas e exportação de drogas

ALLAN DE ABREU, DO RIO DE JANEIRO 16 jul 2025



questões médicas

### A dor invisível

O Brasil começa a abrir os olhos para os que sofrem de fibromialgia, agora equiparados por lei às pessoas com deficiência

PEDRO MORO, DE SANTA MARIA (RS) 01 ago 2026



### A insensatez de Milei, o caos em Minas e o juiz no Paraná

31 jul 2026



[homepage](#)

[edições](#)

[últimas](#)

[minha piauí](#)

[newsletter](#)

[diário do geraldo](#)

[dicas culturais](#)

[dossiê](#)

[esquina](#)

[eventos](#)

[ficção](#)

[rádio piauí](#)

[poesia](#)

[portfólio](#)

[páginas imersivas](#)

[reportagens](#)

[narradas](#)

[the piauí herald](#)

[vídeos](#)

**conheça também:** [agência lupa](#)

**mais da piauí:** [expediente](#) | [quem faz](#) | [manual de redação](#) | [código de conduta](#) |

[termos de uso](#) | [política de privacidade](#) | [anuncie](#) | [fale conosco](#)

